

O IMAGINÁRIO DA POBREZA E A IMPLANTAÇÃO INDUSTRIAL NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

Iná Elias de Castro*
Fabiano Soares Magdaleno**

Resumée

Il n'est plus possible imaginer la sécheresse comme responsable de la pauvreté dans la Région Nord Est du Brésil. La perspective du rapport entre le climat semi-aride et les problèmes de la région n'est qu'une stratégie politique pour demander recours financiers. Ainsi, l'objectif du texte est d'analyser une échelle de action sócio-territorial où les entreprises industriels, malgré le climat et avec les recours disponibles, sont des activités importantes dans la Région.

Introdução

O espaço semi-árido brasileiro possui uma natureza particular no contexto do território nacional, na qual a escassez das chuvas, ou mesmo sua ausência em alguns anos, impõe parâmetros muito específicos com relação à adaptação de espécies vegetais e animais e com relação ao desenvolvimento de atividades produtivas adequadas. Em função da especificidade dessa natureza foi produzido, ao longo da história da ocupação do sertão nordestino, um imaginário fortemente marcado pelas dificuldades climáticas que tanto aponta a tempera de seu povo, como a miséria que lhe é imposta pela indiferença das regiões de climas mais amenos no país.

Embora a água seja um fator importante para a sobrevivência, não se pode mais pensar que as estiagens são a causa da baixa renda da Região Nordeste do país. A perspectiva de que o clima semi-árido faz com que a região seja uma "região necessitada" significa muito mais uma estratégia política do que o retrato de uma realidade inexorável (CASTRO, 1992). As estiagens prolongadas, e esperadas, constituem um fenômeno essencialmente físico. Os problemas enfrentados pelos segmentos mais pobres da região decorrem do modo como são apropriadas as riquezas geradas no espaço regional, e entre elas as águas armazenadas disponíveis. Sendo assim, a perspectiva de ANDRADE (1985), que coloca o problema da seca como sendo essencialmente social e humano, e só secundariamente físico, desloca o eixo da

* Coordenadora do grupo de pesquisa "Natureza e Imaginário Político-Territorial".

** Bolsista de Iniciação Científica - PBIC

dos problemas sociais e humanos em sua área de ocorrência, sob o risco de reafirmar um determinismo estreito que a Geografia há muito se esforça em criticar. Portanto, pobreza e escassez de chuva, devem ser analiticamente separados, pois, o primeiro pode ser sanado com políticas de desenvolvimento que propiciem uma distribuição mais justa do acesso a água e da renda gerada e o segundo com as inúmeras soluções técnicas para as atividades potencialmente favoráveis e adequadas às condições da natureza local.

Na realidade, as longas estiagens que ocorrem no Sertão Nordeste apenas dão maior visibilidade à fragilidade dos meios de subsistência de uma parcela importante da sua população, em decorrência do tipo de organização social historicamente ali desenvolvido. Segundo CASTRO (1995), "a seca é, e sempre será, uma característica climática, como o são o longo inverno e as tempestades de neve nas altas latitudes, os tufões no Caribe, as monções na Ásia. Se a sociedade não está preparada para conviver com as vicissitudes de seu clima, é outro problema".

Neste sentido, com base na concepção de que o clima semi-árido da Região Nordeste não representa em si um fator limitante à implantação de atividades econômicas dinâmicas, o objetivo deste trabalho é dar visibilidade a uma escala de ação sócio-territorial onde empreendimentos industriais, à despeito da condição climática e com os financiamentos que lhes foram disponíveis, se constituem em atividades bem sucedidas.

Para compreender esse processo, buscamos estabelecer uma configuração geral do desenvolvimento industrial dos últimos dez anos do semi-árido nordestino, levando-se em consideração tanto as tendências de modernização econômica e as influências do fator "política local" nesse desenvolvimento, como a existência de dois tipos de discursos, um para a esfera política e outro para a econômica. O primeiro é conservador e define um espaço político que garante a organização social e o poder no território com base nos azares climáticos (seu "fazer político" é oposto a seu "fazer econômico"); o outro é modernizador, e organiza o espaço econômico a partir de imposições de caráter tecnológico e de mercado, com base nas vantagens climáticas. A premissa dessa abordagem é que a expansão de atividades produtivas e o padrão de distribuição social dos seus produtos depende muito mais do processo histórico da organização sócio-política do que de um determinismo geográfico acrítico.

1. Discurso Político e Desenvolvimento Econômico

Nesta parte do trabalho, o descolamento entre o discurso sobre o semi-árido e a prática empresarial é o problema central. Trata-se aqui de apontar a contradição existente entre um tipo de discurso de caráter homogeneizador e simplista, que caracteriza a área do semi-árido nordestino como limitada ao desenvolvimento social e econômico por suas especificidades climáticas, e uma realidade onde iniciativas de sucesso têm sempre existido, compondo uma dinâmica nordestina de integração competitiva na economia nacional e internacional.

Um exemplo típico desse discurso foi proferido pelo Deputado Oswaldo Coelho, no dia 21 de novembro de 1984, na Câmara dos Deputados (ITEM, 1985): *"A escassez de água no nordeste já fez vítimas incontáveis, desagregou famílias, semeou miséria e sofrimento, condenou a região a uma posição de inferioridade no cenário nacional ..."* O Deputado expressa o problema da região diretamente ligado ao fator escassez de água. Em outras palavras, pode-se dizer que nesse tipo de discurso, o problema da região é reduzido a uma dificuldade natural, não sendo levados em consideração a história política e o fato de que nem todo Nordeste é sertão e que a miséria na Zona da Mata úmida é pior que a dos espaços semi-áridos.

Comparando-se discurso e prática, na perspectiva de um **"fazer político"** *versus* um **"fazer empresarial"**, o trecho exibido acima e as atividades empresariais dos Coelho em Petrolina (PE) são significativos de uma grande diferenciação entre o imaginário produzido nos discursos e o que é verdadeiramente realizado na prática, no caso, pelo mesmo ator social.

A relação direta entre escassez de água e posição de inferioridade da região no cenário nacional, estabelecida pelo Deputado, torna-se incoerente quando se observa a atividade empresarial desenvolvida por sua própria família, tanto ao nível nacional quanto internacional. A família Coelho "domina" a cidade de Petrolina (PE) desde o início do século. Suas atividades empresariais vão desde a exportação de frutas (120 mil hectares irrigados) até 30 empresas de ramos variados (construção, agências de automóveis, imobiliárias e indústrias), além de empreendimentos na área da comunicação - uma rádio AM, uma rádio FM e uma emissora de TV (a "Grande Rio" - Globo) - de importante impacto político (FERNANDES, B., 1995).

Na realidade, o clima semi-árido atua como um fator potencializador da atividade desenvolvida pela família Coelho, pois, com relação a fruticultura irrigada, o grande número de

* Grifo nosso.

horas de sol por ano (2800 h), a escassez de chuvas e a baixa umidade do ar, que dificultam a reprodução de pragas, são condicionantes naturais altamente vantajosos. A relação de causa e efeito (semi-árido / inferioridade da região) estabelecida no discurso político do Deputado é desmentida por suas próprias atividades como empresário. Em síntese, o discurso está descolado da realidade de quem o elabora, podendo o mesmo ator ser moderno na economia e tradicional na política.

Contradizendo o tipo de discurso apresentado acima e trazendo à tona uma escala de ação sócio-territorial onde empreendimentos industriais, à despeito da condição climática e com os financiamentos que lhes foram disponíveis, se constituem em atividades bem sucedidas, destacamos alguns exemplos de atividades empresariais que se beneficiam diretamente da condição de semi-aridez, por muitos considerada hostil e limitadora:

Indústria Graniteira - Tem como seu recurso principal a pedra, que aparentemente torna a realidade da seca mais hostil, mas que mostra a viabilidade nordestina. Com a implantação do Pólo Graniteiro no Ceará, o estado propõe-se a deixar de ser um mero exportador de minerais "in natura" para se tornar um processador de lajotas, com fábricas e maquinário modernos.

As condições naturais que potencializam a atividade no Ceará são, por um lado, o arcabouço litológico do estado, que é constituído, em sua maioria, por rochas ígneas e metamórficas (Gnaisses, Migmatitos, Granitos, Granulitos, Sienitos, Gabros, etc.), e por outro lado, o próprio clima semi-árido, que por proporcionar um intemperismo químico mínimo, gera um pequeno manto de alteração (solos pouco espessos), fazendo com que a quase que totalidade das elavações nos terrenos cristalinos do estado sejam pedreiras em potencial. Vale lembrar ainda, que as atividades do setor desenvolvem ou têm origem sempre na região semi-árida (OLIVEIRA, 1992).

Indústria Turística - É a maior representação da exploração econômica das condições climáticas da região. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia, Fortaleza é a capital mais ensolarada do país, chegando a ter 2800 horas de sol por ano, o que significa céu azul em cerca de 240 dias por ano. Por tudo isto, o turismo é a atividade campeã de receitas e investimentos no Ceará. A taxa de ocupação da rede hoteleira de Fortaleza registrou, em 1994,

um crescimento de 8% em relação à 1993 e o número de turistas saiu de 99 mil em 1993 para 103 mil em 1994 (GRAMACHO: 1995a, p. 48).

No Rio Grande do Norte, em dez anos, o turismo assumiu o segundo lugar entre fontes de arrecadação; em Pernambuco, essa atividade está quase superando a açucareira como terceira maior contribuinte de ICM.

Ainda como subproduto do turismo, o exemplo do industrial Bio Farias é representativo. Aproveitando sua experiência na fabricação de fibra de vidro em um galpão de fundo de quintal, decidiu utilizar seu produto para fabricar carrocerias de *buggies*, cada vez mais utilizados para passeios a beira mar, uma vez que este material tem a vantagem de não enferrujar. Hoje, sua fábrica de *buggies* é a maior do país (GOMES, 1993).

Outro exemplo importante, agora no semi-árido não turístico, é o do empresário Ivan de Castro Alves, da Indústria Metalúrgica Castro S/A, conhecida como "Bombas King". O fator escassez de chuva, característico do clima semi-árido, foi utilizado para desenvolver suas atividades empresariais: atualmente, com "know how" próprio, fabrica bombas para poços com mais de 300 metros de profundidade e concorre, no Nordeste, com muitos fabricantes do sul do país e multinacionais (AQUINO, 1990).

2. Desenvolvimento Industrial Recente no Semi-Árido. O caso do Ceará.

O problema da localização industrial:

Estudos sobre os mecanismos que determinam a localização industrial sempre foram uma das grandes preocupações da Geografia. De acordo com as teorias de localização mais tradicionais, na pesquisa da localização para uma indústria pode-se ter em vista mais que um objetivo: a proximidade de mercado consumidor ou a de matérias-primas, a facilidade do transporte, a energia elétrica barata e abundante, a existência de serviços de utilidade pública, as condições climáticas, uma posição militarmente estratégica, os custos diferenciados do trabalho ou fatores de aglomeração econômica externos. Os fatores locais, de uma maneira geral, estão divididos em duas categorias: os econômicos, onde o objetivo do industrial pode ser traduzido na obtenção do máximo lucro, e os não econômicos, que englobam fatores como posição estratégica, amenidade de clima e amor pela região, sendo este

último, dificilmente incluído em um modelo teórico (LEME, 1985, p.8). Desta maneira, a localização industrial nas teorias clássicas é função das vantagens comparativas de cada espaço.

Contudo, os estudos geográficos de localização industrial, baseados nessas teorias clássicas, possuem um caráter essencialmente descritivo, conduzindo a enumeração de fatores que se apoiam prontamente na diversidade de casos particulares. A articulação desses fatores e a integração dos resultados em outros modelos mais gerais não é permitida, devido a ausência de um esquema teórico de referência suficientemente rigoroso (BENKO, 1993).

A partir da década de setenta, as questões referentes à localização industrial adquiriram uma nova dimensão devido ao aparecimento de novas atividades que têm como origem a rapidez das mudanças tecnológicas e a aceleração dos processos de inovação, das quais não se conhece bem a lógica de organização espacial. Além disso, a flexibilização do sistema produtivo; o porte das plantas industriais, cada vez menores e mais ágeis; a melhoria geral dos sistemas de transportes e de telecomunicações; a decisão política de reduzir impostos e encargos e de ampliar investimentos que tornem o local mais atraente para o capital, são fatores que afetam profundamente as condições locais e suas vantagens comparativas. Alguns investimentos industriais ficam, assim, cada vez menos condicionados pelas imposições locais tradicionais, favorecendo a incorporação de novos espaços às disputas por investimentos produtivos.

Além de condicionantes basicamente econômicos, a competitividade local ao nível planetário incorpora os condicionantes políticos à decisão de alocar investimentos. Neste sentido, se o papel do setor público como *partner* econômico tem sido progressivamente reduzido, seu papel como implementador de condições favoráveis às alocações industriais tem sido preservado. A recente guerra fiscal entre os estados brasileiros e as disputas interestaduais no GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) e na mais recente OMC (Organização Mundial do Comércio), e hoje na OMC (Organização Mundial do Comércio), são exemplos dos conteúdos das novas solidariedades entre os setores público e privado, no que concerne aos setores produtivos. Portanto, a variável “política” quando atua no sentido de favorecer investimentos, seja pela acessibilidade a informações e facilidades nos trâmites administrativos, seja pela efetividade do poder exercido ao nível local, amplia as vantagens comparativas,

favorecendo a atratividade, especialmente para os setores produtivos menos dependentes de uma rígida territorialidade (STORPER, 1994).

O Pacto Cearense de Cooperação.

Há, na localização industrial dois grupos de fatores que influem na decisão locacional de uma empresa: fatores internos à própria indústria e fatores externos a ela. Dentro dos fatores externos, as teorias dos fatores de localização e do meio inovador, ressaltam a criação de um "*clima político*", entendido como o papel que desempenha o poder público (pela facilidade de trâmites administrativos, pela relevância do poder local) e a *modificação de variáveis ao nível local e regional*, onde se leva em conta a organização dos territórios, o seu passado, a sua capacidade de criar um projeto comum e o consenso que os estrutura (BENKO, 1993). Estes dois fatores podem atuar na geração de comportamentos inovadores e na atração de indústrias para uma dada área. O "pacto de cooperação cearense" é um exemplo de como essas variáveis podem ser utilizadas.

Este "pacto" consistiu em um fórum semanal que reunia empresários, intelectuais e sindicatos empenhados em buscar alternativas à revitalização da economia cearense. Luis Esteves, presidente da FIEC (Federação da Indústria e Comércio do Ceará) em 1991, quando começaram as reuniões, aponta que foi um pacto entre o governo cearense e empresários para a dinamização da economia do estado. Segundo GUNN (1994), o "pacto" foi um exemplo da atuação e presença de novos interesses no estado do Ceará, ou seja, foi a elaboração de interesses empresariais e sua articulação com o governo estadual, por via de inovações nos mecanismos de planejamento. Tratava-se de uma articulação entre interesses: econômicos, de política partidária e administrativos, nos anéis burocráticos do poder, havendo uma expressiva ausência de trabalhadores. Isto ressalta o caráter estritamente empresarial do Pacto. Este era composto por 27 programas setoriais, ficando claro nas discussões a ênfase dada aos temas de parcerias, tecnologias e a mudança de mentalidades. Os setores industriais considerados mais importantes eram: as indústrias de mineração, automobilística, petroquímica, confecções e construção civil. Ainda para o autor citado acima, o **Pacto** foi um exercício inovador de **propaganda e "marketing"**. Foi, na realidade, uma espécie de "venda" do Ceará para sediar atividades econômicas e "venda" de um modelo de governo.

Essa incorporação de práticas do "marketing" faz parte da renovação de administração dos negócios empresariais e também de negócios do estado. Neste sentido, os benefícios

trazidos pelo Pacto ao governo do Ceará se configuraram em ganhos políticos e econômicos, em função de uma atividade de divulgação que criou uma imagem favorável do estado.

Como efeitos das atividades do Pacto, ou seja, como efeitos das articulações de um grande exercício de propaganda e "marketing", podem ser indicadas tanto a efetiva atração de capitais nacionais do Sudeste e do Sul (setores têxtil e de calçados), como a melhoria da imagem do estado, importante para o turismo e para a "captura" de capital multinacional. Os efeitos multiplicadores da divulgação do modelo cearense são percebidos na ampliação da capacidade de atrair recursos federais e privados para o estado. Além disso, a imagem do lugar firma-se como uma preocupação básica dos governos locais, de empresários e de outros setores da sociedade civil. Novos "pactos" estão surgindo, entre eles no Rio Grande do Norte, claramente inspirado pelo sucesso cearense.

Efeitos positivos do Pacto.

Segundo o relatório do IPLANCE (Instituto de Planejamento do Ceará), de junho de 1992, sobre as restrições e potencialidades da economia cearense, o aumento do volume de produtos destinados ao mercado externo, tais como os manufaturados têxteis, os artefatos de couros e peles, o granito, as pedras preciosas e semi-preciosas, iates de luxo, barcos e buggies, já revelava, na época, o crescente nível de atualização e competitividade da indústria cearense. De acordo com esse mesmo relatório, a proposta de política industrial do estado tinha como tônica central a "integração, consolidação e modernização da estrutura industrial do Ceará", e de acordo com ela, os próximos passos a serem dados deveriam ser: o incentivo à implantação de pequenos e médios pólos industriais interioranos, tendo em vista a situação de ainda excessiva concentração de empreendimentos industriais em torno da Região Metropolitana de Fortaleza; o incentivo a formação de mão-de-obra especializada pelo sistema educacional tradicional ou pela implantação de novos centros de formação técnica ou parques tecnológicos, vinculados às universidades estaduais e regionais e o aprimoramento dos mecanismos fiscais e financeiros de incentivo e apoio à expansão e/ou instalação de novos empreendimentos.

Seguindo as diretrizes da proposta de política industrial explicitadas acima, o Ceará, nos últimos anos, vem se destacando dentre os estados nordestinos, por ter adotado uma política de atração de investimentos das mais agressivas do país. De 1991 à 1995, 131 novas empresas já se instalaram no estado. No total somam investimentos de US\$ 1,7 bilhão,

gerando 33.452 empregos (GAZETA MERCANTIL: 1995, p. 5). Em nove anos, ou seja, de 1985 à 1994, a participação da indústria no PIB estadual cresceu 9 pontos percentuais: a indústria avançou para 35,8%, enquanto a agropecuária decresceu para 8,50% (Tabela 1). A liderança dos investimentos está no setor têxtil, hoje o segundo maior do país: a Fábrica Têxtil Vicunha, líder do setor e sediada em São Paulo, tem investimentos da ordem de US\$ 460 milhões no Ceará.

Tabela 1: Composição Setorial do PIB Cearense

Discriminação	1985 (%)	1990 (%)	1991 (%)	1992 (%)	1993 (%)*	1994 (%)**
1. Agropecuária	14,64	9,69	9,80	8,63	7,20	8,50
2. Indústria	26,83	29,50	30,12	33,89	36,40	35,82
3. Serviços	58,53	60,81	60,08	57,48	56,40	55,67
PIB	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1985); IPLANCE (Demais anos). Elaboração: IPLANCE / Projeto Áridas.

* Dados Revisados; ** Dados Preliminares

Surgiram também indústrias de bens de capital. Nos novos pólos industriais (Horizonte, Pacajus, Acarape e Sobral) foram feitos investimentos em setores mecânicos, que incorporam novas tecnologias: máquinas de costura industrial, motores de fricção, confecções e garrafas para refrigerante do tipo PET (descartáveis). O município de Horizonte foi o que mais fechou negócios fora da Região Metropolitana de Fortaleza, desde 1991, sendo que, das 131 empresas que se instalaram no estado neste período, 27 se instalaram em Horizonte, levando cerca de 7 mil pessoas a se instalarem no município, que possuía, em 1991, 18 mil habitantes (GRAMACHO: 1995b, p. 42).

Parte desse dinamismo econômico cearense pode ser creditada à agressiva política fiscal do estado e as facilidades de infra-estrutura oferecidas. Com o objetivo de levar mais incentivos ao interior do estado, o governo estadual formulou um regime de progressão, segundo a proximidade da capital, com relação ao ICMS: isenção de 75% do ICMS por seis anos para empresas instaladas na Região Metropolitana de Fortaleza.; por dez anos para empresas instaladas a partir de 40Km da Região Metropolitana de Fortaleza; treze anos, depois de 300Km; e quinze anos, a mais de 500 Km da capital. Esta progressividade do imposto revela a preocupação com o equilíbrio na distribuição dos investimentos industriais, reflexo de uma nova consciência dos gestores políticos do território, voltada para ganhos de produtividade e para maximização das potencialidades espaciais do estado. Além disso,

empresários locais e de outros centros, para tentar descobrir que indústrias de grande porte estão insatisfeitas em seus estados ou planejam expandir seus negócios (GRAMACHO: 1995b, p.42).

Na arrecadação no primeiro semestre de 1995, houve um aumento de 41,68% na receita do ICMS em relação ao mesmo período de 1994. A projeção da taxa anual de crescimento industrial do estado é de 5%. Segundo o balanço do governo estadual cearense, até o final de 1996, 45 empresas deverão se instalar no estado, com um volume total de investimentos da ordem de R\$ 174 milhões, sendo que os municípios de Horizonte e Maranguape receberão quase a metade desse número de indústrias (Tabela 2).

O comportamento inovador no Ceará decorre de um novo grupo de atores políticos e econômicos que está se formando na região Nordeste, composto por aqueles que questionam a visão trágica do clima semi-árido, e começam a estabelecer as bases dos conteúdos de um outro discurso regional, significativo de novas articulações e novos interesses. A gestão empresarial dada à política, como foi o caso analisado acima, cria a médio prazo uma alternativa, mesmo que ainda frágil, ao poder oligárquico.

TABELA 2: PROGRAMA DE PROMOÇÃO INDUSTRIAL E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO CEARENSE EM 1995

Municípios	Empresas Quantidade	Valor do Investimento (R\$)	Empregos Diretos	Empregos Indiretos
Horizonte	10	74.907.997	1.319	5.276
Pacajús	4	9.792.000	580	2.321
Maranguape	12	56.183.100	1.419	5.676
Maracanaú	4	5.530.000	228	912
Pacatuba	1	1.500.000	30	120
Euzébio	1	10.600.000	296	1.184
Caucaia	1	120.001	100	400
Barreiras	1	240.001	40	160
Cascavel	1	60.001	15	60
Itapagé	1	2.000.000	30	120
Quixeramobim	1	850.001	45	180
Juazeiro de Norte	2	3.250.000	154	616
Barbalha	3	6.8000.000	201	804
Fortaleza	1	160.001	53	212
Iguatu	1	962.159	64	256
Quixadá	1	2.000.000	120	480
Total	45	174.955.261	4.694	18.777

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio do Ceará

Dessa forma, percebe-se que o Pacto constituiu-se na criação de um clima político favorável a novos negócios que gerou uma condição de atração de empreendimentos industriais, tendo representado um comportamento inovador que visava romper com uma estrutura tradicional de atuação política, que em nada favorecia a instalação de empreendimentos industriais na região semi-árida, mas pelo contrário, passava (e ainda passa) uma imagem de decadência e submissão à um imaginário trágico, vinculada aos azares climáticos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A localização de uma atividade é um problema crucial para qualquer empresário, pois dela dependem diretamente os custos de produção. Entretanto, as autoridades locais, bem como o Estado, preocupam-se com esta questão, principalmente pela responsabilidade que possuem no ordenamento do território (BENKO, 1993). A busca de um novo surto de crescimento industrial, vem sendo, nos últimos tempos, a tônica de algumas áreas do semi-árido nordestino. Espaços "periféricos" da região Nordeste, marcados por baixos índices de industrialização, estão sendo procurados por empresários que, respondendo a estímulos dados por governos locais, encontram, nestas áreas, oportunidades de desenvolvimento de economias suplementares às suas produções.

Recentemente, a rapidez das mudanças tecnológicas e a aceleração dos processos de inovação têm dado origem ao surgimento de novas atividades que introduzem uma nova lógica de organização espacial. Esta nova lógica locacional aliada aos incentivos dados pelos governos locais podem fazer com que alguns espaços da Região Nordeste, que até então não tinham nenhuma tradição na produção industrial, tornem-se focos de inovação, em áreas marcadas pelo "atraso". Inovações, ao nível político e empresarial, estão atuando como uma espécie de imã, atraindo diversos tipos de empreendimentos. Porém, a suposição aqui é que se delinea uma conjuntura diferente daquela da atuação da SUDENE nas décadas de 60 e de 70, quando a disponibilidade de recursos era o fator básico para as atividades. Sua sustentabilidade, em muitos casos, terminou quando a fonte de financiamentos secou.

Deve ser acrescentado que a região Nordeste tem, paralelamente, sofrido o impacto da chamada modernização do país e expandido sua economia. Contudo, a especificidade da região

reside nos indicadores sociais, piores do que os econômicos, em relação ao conjunto das regiões. Mudanças profundas nas condições de vida dos seus habitantes dependem dos avanços de políticas distributivas endógenas, que não decorrem apenas de programas de industrialização, mas do desiderato das coalisões do poder. Portanto, vale reproduzir a preocupação do Deputado Federal Inácio Arruda, sobre o programa de industrialização do Ceará (in: GAZETA MERCANTIL. Balanço anual-Ceará, nº 1, 1995):

“O Ceará está utilizando um instrumento importante para industrializar o estado, que é a política de isenções fiscais. Isso, para a situação atual do Ceará, é absolutamente necessário. O único problema dessa política é que ela ainda não conseguiu reverter os baixíssimos indicadores sociais. Os mecanismos de distribuição de renda têm que ser estabelecidos dentro do programa de industrialização. Se o programa só servir para aumentar riquezas, não tem sentido.”

A consciência de que a distribuição de renda é também parte das estratégias de desenvolvimento representa um grande avanço no discurso político regional, apesar de sua ainda pequena ressonância.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, Aziz N. Os Sertões: A originalidade da terra. **Ciência Hoje, Rio de Janeiro**, volume especial Eco- Brasil: 05-14, Maio, 1992.
- ANDRADE, Manuel C. de. A seca: realidade e mito. **Espaço e Debate**, nº15, anoV, pp. 87-93, 1985.
- AQUINO, Cléber (org.). **Vivências empresariais: Depoimentos de empresários cearenses**. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1990, 150p.
- AZZONI, C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**, São Paulo, IPE / USP, 1986.
- BARTH, F. T. Recursos hídricos nas constituições estaduais. **ITEM. Irrigação e tecnologia moderna**, ABID, Brasília, nº 40: 11-13, 1990.
- BENKO, G. B. Desenvolvimento Regional e Indústria de Alta- Tecnologia: Um Estudo das Dinâmicas Locativas. **IN: Revista Portuguesa de Geografia**. Finisterra, XXVIII, 55-56, pp. 73-100, 1993.
- CARVALHO, Newton de O. Irrigação no Brasil. **ITEM. Irrigação e tecnologia moderna**, ABID, Brasília, nº 17: 23-27, 1984.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade - discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1992, 247p.

_____. Da seca como tragédia à seca como recurso. Velhos e novos discursos, velhos e novos territórios. In: **Anuário do Instituto de Geociências- UFRJ**, vol. 4, 1995.

CHAVES, José & BALTAR, Abelardo. **O estado inteligente: parceria e privatização no Nordeste**. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1994.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DO BNDES. Oportunidades de investimentos industriais no nordeste - Um enfoque sobre a ótica da descentralização concentrada, Novembro, 1986.

FERNANDES, Bob. Os donos do poder. In: **Carta Capital**, nº 13, pp.15-60, Agosto, 1995.

FERNANDES, Maria Cristina. De volta ao Cambeba. In: **Balanço anual - Ceará 95/96**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano I, nº1, Setembro, 1995, pp. 06-07.

_____. Mudança de perfil. In: **Balanço anual - Ceará 95/96**, Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano I, nº1, Setembro, 1995, pp. 16-18.

_____. O futuro do Ceará. In: **Balanço anual - Ceará 95/96**. Gazeta Mercantil. São Paulo, Ano I, nº1, Setembro, 1995, pp. 12-15.

GAZETA MERCANTIL. Mudança. In: **Balanço anual - Ceará 95/96**. São Paulo, Ano I, nº1, Setembro, 1995, p. 5.

GOMES, Laurentino. O agito cearense. In: **Veja**, Fortaleza, Dezembro, 1993, pp. 88 - 94.

GRAMACHO, Wladimir. Paraíso sobre as dunas. In: **Balanço anual - Ceará 95/96**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano I, nº1, Setembro, 1995, pp. 46 - 49.

_____(b). Os oásis do capital. In: **Balanço anual - Ceará 95/96**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano I, nº1, Setembro, 1995, pp. 42-44.

_____(a). O granito ganha terreno. In: **Balanço anual - Ceará 95/96**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano I, nº1, Setembro, 1995, p. 30.

GUNN, Philip. *O pacto cearense de cooperação*. Versão resumida de "Novas elites e o Nordeste: o caso do Ceará". IDEC. Relatório de pesquisa, Fund. Ford, Recife, 1994.

IPLANCE. **A economia cearense: restrições e potencialidades**. Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará, Fortaleza, Julho, 1992.

ITEM. Deputado diz que irrigação reverterá o estado de pobreza do Nordeste. In: **ITEM. Irrigação e Tecnologia Moderna**, ABID, Brasília, nº 20: 06-10, 1985.

- LEME, Ruy Aguiar da Silva. Localização da indústria. In: AZZONI, C. R. (org.). **Onde Produzir ? Aplicações da teoria da localização no Brasil**. São Paulo, IPE / USP, 1985, pp. 04 - 46.
- MARTIN, Isabela. **Os empresários no poder: o projeto político do CIC (1978 - 1986)**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.
- OLIVEIRA, José Danilo Lopes de. *Recursos naturais e desenvolvimento regional: a indústria de rochas ornamentais no estado do Ceará*. Projeto de pesquisa apresentado no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFRJ em Agosto de 1992.
- POTTIER, C. **La localizacion des activités de pointe en France**. Université de Paris I, Dossiers Centre E.E.E., Paris, 1985.
- RÊGO, José de Jesus M. Agroindústria do nordeste: Novos rumos, **ITEM. Irrigação e tecnologia moderna**, ABID, Brasília, nº 40: 08-10, 1990.
- REVISTA EXAME. Nordeste: Agora vai ? **Exame Especial Nordeste**. Parte integrante da edição 606 de Exame, 1995.
- RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos & ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Pequenos e médios estabelecimentos industriais nordestinos: padrões de distribuição e fatores condicionantes. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 53(1): 5 -49, jan./mar., 1991.
- SCOTT, A. J. e STORPER, M. Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento Regional : Uma Crítica e Reconstrução Teórica. **Espaço e Debate, nErro! A origem da referência não foi encontrada**. 25: 30-43, ano VIII, 1988.
- STORPER, Michael. Territorialização numa Economia Global: Possibilidades de Desenvolvimento Tecnológico, Comercial e Regional em Economias Sub-desenvolvidas. In : LAVINAS, Lena et all (org). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1994, pp. 13- 26.